

CARTILHA

SAÚDE ESCOLAR

2023



Realização:



Apoio:





Departamento Científico de Saúde Escolar (Gestão 2022-2024)

Sociedade Brasileira de Pediatria

Presidente: Abelardo Bastos Pinto Junior

Secretário: Joel Conceição Bressa da Cunha

Conselho Científico: Carla Leonor Melo Vinagre Machado, Eliane Mara Cesário Pereira Maluf, Fausto Flor Carvalho, Gabriela Nascimento Marques, Mércia Lamenha Medeiros, Olga Oliveira Passos Ribeiro e Paulo César de Almeida Mattos

Revisores: Dirceu Solé, Edson F. Liberal e Clóvis Francisco Constantino



C327 Cartilha Saúde Escolar / Sociedade Brasileira de Pediatria, Departamento Científico de Saúde Escolar. Rio de Janeiro: SBP, 2023.

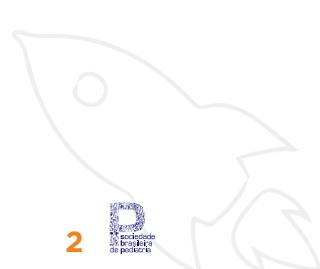
4 f.

Abelardo Bastos Pinto Junior, Joel Conceição Bressa da Cunha, Carla Leonor Melo Vinagre Machado, Eliane Mara Cesário Pereira Maluf, Fausto Flor Carvalho, Gabriela Nascimento Marques, Mércia Lamenha Medeiros, Olga Oliveira Passos Ribeiro e Paulo César de Almeida Mattos.

Revisores: Dirceu Solé, Edson F. Liberal e Clóvis F. Constantino.

1. Saúde Escolar. 2. Pediatria. 3. Cartilha. I. Sociedade Brasileira de Pediatria. II. Título.

SBP/RJ
CDD: 371.7





INTRODUÇÃO

As ações na área da Saúde Escolar devem contemplar todas as etapas da Educação Básica, tendo início na Educação Infantil (creche e pré-escola) e perpassando o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. As ações assistenciais, embora essenciais para atender os alunos que adoecem, precisam estar associadas a atividades de prevenção e promoção da saúde. Dessa forma, esses três componentes devem estar incluídos tanto na formulação como na execução de qualquer Política na área da Saúde Escolar.

A escola é a instituição que possibilita a observação em longo prazo dos estudantes, pois nela transcorre grande parte da infância

e da adolescência, quando estão abertos para as aprendizagens, incluindo aquelas relacionadas à saúde.

Entendendo a escola como um ecossistema, sendo um importante espaço de segurança e convivência de crianças e adolescentes, professores e demais profissionais de educação, além de pais e familiares, as ações de Saúde na Escola necessitam estar voltadas para toda a comunidade escolar, articulando o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para a vida e, em última análise, estimulando a construção de ambientes favoráveis à saúde.



ALIMENTAÇÃO DO ESCOLAR

Cada vez mais a alimentação saudável desde o início da vida é valorizada. Os ganhos cognitivos e de qualidade futura com a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis têm início na gravidez e seguem todas as fases da vida.

Na infância e na adolescência tanto a família como a escola atuam na manutenção da saúde física e mental. O padrão dietético nessa fase chama atenção para o risco futuro de obesidade, mal epidêmico mundial, e sua qualidade garante a manutenção da velocidade de crescimento.

Já a escola pode contribuir sobre a escolha adequada e opções dos alimentos separando e orientando sobre os de baixo valor nutritivo, com uma abordagem clara e não radical pelo risco de desencadear transtornos alimentares distintos como a bulimia e anorexia. A diminuição da atividade física ou sedentarismo, o aumento do tempo de tela com veiculação de propagandas frequentes de alimentos impróprios e seu consumo contribuem para um cenário desfavorável. É importante respeitar hábitos familiares e regionais com cinco refeições diárias variadas incluindo todos os grupos alimentares, porções não excessivas, a criança servindo seu prato supervisionada, evitando-se balas e outras guloseimas, com frutas inteiras preferencialmente, verduras, legumes, peixes marinhos, consumo restrito de gorduras, controle da ingestão de sal e consumo apropriado de cálcio através do leite e derivados. O hábito de ler rótulos deve ser incentivado aos alunos. Atividade física regular e tempo de tela até duas horas por dia.

Quarenta milhões de estudantes na Educação Básica, isto é, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, contam com o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar. Criado inicialmente com o nome de Campanha de Merenda Escolar, em 1955, o PNAE é a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional do Brasil e é executado e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, vinculado ao Ministério da Educação. O PNAE tem como objetivo contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de alimentação de qualidade nas escolas e de ações de educação alimentar e nutricional.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicou em 8 de maio de 2020 a Resolução n. 6 que institui um novo esquema alimentar para as escolas. O novo esquema põe em prática as orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2014 pelo Ministério da Saúde – MS, que preconiza a alimentação adequada e saudável baseada no consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados, limitando assim o consumo de alimentos processados e ultraprocessados.

Quais são as orientações para a alimentação na Escola:

- Restrição do consumo de açúcar;
- Não utilização de alimentos processados e ultraprocessados como bolacha recheada, bolo industrializado e achocolatados;
- Aumento do consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados;

- Substituição do suco de fruta pela fruta desde os 6 meses;
- Refeições principais com a presença de todos os grupos alimentares desde os 6 meses de idade com ajuste da consistência;
- A refeição deve conter todos os grupos alimentares: uma fonte proteica (bovina, ave, suína, peixe ou ovo), carboidrato, legume, grãos e verduras.

O que a escola pode fazer?

- A alimentação preparada na escola deve seguir as orientações de alimentação saudável, sempre que possível com o apoio de nutricionista. Isto também inclui as lanchonetes/cantina das escolas;
- Realizar orientação para toda a equipe escolar para que o trabalho seja coordenado;
- Realizar orientações sobre alimentação e lancheira saudável em reuniões de pais e comunicados escolares;
- Disponibilizar o cardápio do mês para que as famílias saibam o que está sendo oferecido e possam até mesmo replicar em casa; e
- Caso seja identificada família com dificuldade de seguir as orientações, convocar para orientação e encaminhamentos, se necessário.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) incentivada também pelo PNAE prevê “a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que passa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”. Desta forma, a EAN deve fazer parte do currículo escolar e das ações programadas para o ano letivo.

O que a escola pode fazer?

- Incluir a EAN nas atividades curriculares, oficinas, projetos e atividades externas;
- Cultivar hortas ou jardins verticais e incluir os estudantes no cuidado;
- Permitir que os estudantes realizem preparações culinárias e se familiarizem com o preparo dos alimentos;
- Tornar o momento da refeição prazeroso, livre de pressões ou julgamentos, respeitando os sinais de saciedade individuais. Se possível, variar os locais de refeição e realizar o lanche em ambiente aberto próximo da natureza;
- Ensinar e estimular o hábito de ler e interpretar rótulos visando a diminuir o consumo de processados e ultraprocessados; e
- Estruturar grupo de famílias para promoção de hábitos de vida saudáveis, com apoio de profissionais de saúde.

E os estudantes com restrição alimentar?

A dieta especial é um direito previsto pela Lei Federal 12.982, de 28 de maio de 2014, que determina “para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, será elaborado cardápio especial com base em recomendações médicas e nutri-



cionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas, conforme regulamento”. Nestes casos, basta apresentar na escola o laudo médico descrevendo a restrição alimentar e orientações para uma alimentação segura na escola.

Bibliografia sugerida

Departamento Científico de Nutrologia, Sociedade Brasileira de Pediatria. Manual de Alimentação da Infância a Adolescência, 4 ed. ampliada e revisada. 2018. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_21089k-ManNutro_Alimentacao_para_site.pdf Acessado em abril de 2023.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/455-governo-1745665505/ogaos-vinculados-627285149/20519-fnde-fundo-nacional-de-desenvolvimento-da-educacao> Acessado em abril de 2023.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae> Aceso em abril de 2023.

Departamento Científico de Saúde Escolar, Sociedade Brasileira de Pediatria - Férias longas e volta às aulas. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/23979c-NotaEspecial_-_Ferias_longas_e_Volta_as_aulas.pdf Acessado em abril de 2023.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. 2012, Brasília, DF. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf Acessado em abril de 2023.

São Paulo (SP). **Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Coordenadoria de Alimentação Escolar. Orientação Normativa de educação alimentar e nutricional para Educação Infantil.** – São Paulo: SME / COPED / CODAE, 2020. 72p. <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/ON-Alimentacao%CC%A7a%CC%83o-Digital.pdf> Acessado em abril de 2023.

Dentro do abrangente campo da vigilância epidemiológica, dois aspectos assumem grande relevância, quando pensamos na prevenção e no enfrentamento adequado de doenças: as imunizações e o uso de medicamentos. São ações que, quando bem conduzidas, têm um impacto positivo na qualidade de saúde do ambiente escolar e, conseqüentemente, menor prejuízo nas atividades escolares e melhor desempenho dos estudantes.

IMUNIZAÇÕES

As vacinas são consideradas o segundo fator mais importante no aumento da expectativa de vida em toda a história da humanidade. O impacto das doenças imunopreveníveis, especialmente em ambientes coletivos, seria imenso, se não fossem as vacinas. No entanto, a queda de cobertura vacinal observada nos últimos anos faz aumentar o risco da ocorrência de várias doenças até então eliminadas do país, como a poliomielite, e, também, doenças graves e ainda prevalentes, como sarampo, pneumonia e meningite. Portanto, o conhecimento da situação vacinal do educando é muito importante para a prevenção de doenças no estabelecimento escolar.

A escola pode solicitar cópia da caderneta de vacinas e conferir se a vacinação está em dia. Trabalho de grande valor, com potencial para detectar falhas e alertar para a importância da vacinação, além de servir como incentivo para um esquema vacinal completo e atualizado. Há, no entanto, dificuldades: registros confusos e ilegíveis, diferentes formatos de documentos, carimbos, e até diversas denominações para as vacinas. Melhor seria enviar à escola uma Declaração de Vacinação atualizada emitida pelo serviço de saúde, experiente em avaliar as cadernetas e conferir a sua exatidão (conforme já existe em algumas unidades da federação). Esta é uma medida de proteção individual e coletiva, importante para garantir um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento da criança.

Como tema pedagógico, as imunizações se prestam para atividades escolares, em vários níveis de complexidade. As vacinas se constituem em objeto de conhecimento capaz de atrair o interesse de estudantes de todas as faixas etárias. Tal conhecimento tem o poder de formar bons hábitos e estimular a adoção de comportamentos saudáveis, que serão cultivados até a idade adulta. As reuniões temáticas, dirigidas a educadores e familiares, podem também abordar esse tema, informando, esclarecendo dúvidas, discutindo as causas de hesitações para vacinar e orientando sobre esquemas vacinais ampliados. É um bom exemplo de parceria entre a escola e o serviço de saúde de referência. Assim, a escola influencia a criança a atuar como agente de mudança na família e na sociedade.

Devemos lembrar o papel da escola como palco de vacinações, como tantas vezes já aconteceu no Brasil em campanhas importantes. Reforçamos a ideia de que se promova a vacinação no ambiente escolar, em articulação com os serviços de saúde, com o objetivo de atingir um número maior de estudantes vacinados, em menor tempo. Essa estratégia é particularmente importante na vacinação de adolescentes, na vigência de surtos ou epidemias e em algumas vacinações especiais. A escola pode ser uma grande aliada dos programas de controle de doenças infecciosas, facilitando o alcance de altas coberturas vacinais nesse grupo.

O que a escola pode fazer para promover a vacinação:

- No ato da matrícula, solicitar cópia da caderneta de vacina ou Declaração de Vacinação atualizada emitida por um profissional da saúde;
- Incluir o tema no conteúdo programático e nas discussões em grupo, destacando a importância das vacinas para o bom andamento do ano letivo;
- Divulgar em meios de comunicação da escola (redes sociais ou agenda) informações oficiais sobre vacinas e as campanhas de vacinação;
- Em caso de ação de vacinação na escola, atuar em conjunto com a equipe de saúde de referência para esclarecimentos e incentivar a vacinação também dos profissionais da equipe escolar;
- Comunicar imediatamente a ocorrência de doenças infectocontagiosas de notificação compulsória e imunopreveníveis.

MEDICAÇÃO NA ESCOLA

Crianças e adolescentes passam boa parte do seu dia na escola, portanto é comum a necessidade do uso de medicamentos durante o período escolar, seja para continuidade no tratamento de condição aguda, seja para controle de doenças crônicas. No entanto, a escola pode exercer importante papel para reduzir a quantidade de remédios no estabelecimento e para enfrentar o problema da automedicação.

Nos casos em que é imprescindível administrar medicamentos na escola, os responsáveis devem enviá-los etiquetados com o nome do aluno, juntamente com a prescrição médica com informações claras referentes ao nome da medicação, a dosagem, a forma de administração e ao horário das doses. É importante que o medicamento seja entregue diretamente para algum profissional da equipe escolar, evitando enviá-lo na mochila do estudante, pelo risco de intoxicação exógena e esquecimento.

Nas instituições de ensino que contam com profissional de en-

fermagem na equipe, esta tarefa é viável e rotineira. Porém, na ausência de profissional que se sinta capacitado para tais procedimentos, se faz necessária a parceria da escola com a família e com os serviços de saúde, principalmente a Unidade Básica de Saúde de referência da escola.

O que a escola pode fazer:

- Estabelecer acordos prévios com as famílias e serviços de saúde em relação aos casos em que há necessidade de medicação na escola;
- Nos casos em que a medicação é imprescindível, solicitar o envio da prescrição médica detalhada;
- Em caso de doenças crônicas com medicação de aplicação específica como injeção subcutânea de insulina e dispositivo inalatório de asma, solicitar orientação e apoio da equipe de saúde de referência da escola. Importante, em tais situações, é estar preparado para urgências e emergências relacionadas ao quadro clínico ou ao uso/falta de medicação e garantir o armazenamento dos remédios em local adequado e seguro, fora do alcance dos estudantes.

USO DE TELAS

As tecnologias digitais de informação e o conseqüente uso de telas revolucionaram o mundo, com impactos positivos em diversos aspectos da vida, refletindo na Educação. No entanto, seu uso inadequado, seja pela idade do usuário, seja pelo conteúdo, ou pelo tempo de exposição, tem se mostrado danoso para a saúde de crianças e adolescentes. A pandemia de Covid-19 tornou o uso de telas mais frequente, aumentando a preocupação de pais, médicos e educadores.

A escola tem a importante missão de ensinar o uso correto das novas tecnologias, atenta aos riscos de seu uso inadequado, que pode prejudicar a saúde e a trajetória escolar de seus estudantes.

Para um desenvolvimento global adequado, é necessário que a criança seja estimulada em todos os seus sentidos, com brincadeiras ativas e ricas em interações interpessoais, ao invés de permanecer parada diante de um mundo virtual, colorido, mágico, porém frio e mecânico.

Dentre os riscos a que estão expostos os estudantes, pela inadequada exposição às telas, destacamos:

- Atraso no desenvolvimento da linguagem;
- Atraso motor;
- Sedentarismo, obesidade, distúrbios alimentares;
- Distúrbios do sono;
- Isolamento social, ansiedade, depressão;
- Irritabilidade, envolvimento em diversas formas de violência, incluindo *cyberbullying*;
- Problemas visuais, auditivos, ortopédicos;
- Baixo rendimento escolar; e
- Circunstâncias que colocam a vida em risco.

O pediatra e a escola estão aptos para reconhecer os sinais de alerta para essas situações, intervindo a tempo para evitar as conseqüências mais graves, orientando os estudantes e suas famílias.



As principais recomendações incluem as seguintes:

- Ensinar a alfabetização digital, com o uso das tecnologias e das telas seguindo as orientações curriculares, mas com tempo limitado ao que é recomendado para cada faixa etária, de acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria. Considerar o somatório dos tempos dedicados às telas na escola e em casa;
- Estabelecer rotinas com horários definidos para as atividades;
- Estimular o gosto pela leitura, pela música e por atividades sociais;
- Estimular a prática de esportes e outras atividades ao ar livre, de preferência em contato direto com a natureza;
- Estimular o convívio familiar harmonioso, com conversas, brincadeiras e refeições longe das telas; e
- Nas conversas de grupo, com familiares e educadores, alertar para os riscos e orientar que os aparelhos sejam usados com possibilidade de supervisão de um adulto, com especial atenção aos conteúdos violentos, ao uso de dados pessoais, fotos, vídeos e *webcam*, além de *cyberbullying*.

As mudanças nos hábitos de crianças e adolescentes, relacionados ao uso de telas, tornaram-se um tema complexo, para o qual a escola deve estar preparada, com escuta atenta e abrindo canais de diálogo.

Referência sugerida

Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital, Sociedade Brasileira de Pediatria. #Menos telas #mais saúde. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-MenosTelas_MaisSaude.pdf Acessado em abril 2023.

VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência escolar é o resultado de qualquer ato/ação ou omissão que cause danos à escola, a toda a comunidade escolar ou a algum dos seus membros, tanto no ambiente escolar quanto no seu entorno ou em atividades extramuros. Ela pode se manifestar de diversas formas: física, psicológica, moral, patrimonial, sexual, *bullying/cyberbullying*, entre outros.

Intolerância, discriminação e violência são temas comuns no nosso cotidiano, atingindo diariamente a população, em todas as faixas etárias. A escola reflete tudo que acontece no ambiente maior em que está inserida, como a comunidade, a cidade e o próprio país, sendo por isso entendida como um ecossistema. Nesse contexto, a exposição de crianças e adolescentes à vio-

lência e ao noticiário sem filtros é maior quando estão fora da escola e, portanto, não há como negar o importante papel dessa como fator de proteção para os alunos. A aproximação das escolas com as famílias pode construir laços de afeto e ampliar a rede de proteção nas comunidades.

A violência é um problema que demanda o envolvimento de toda a sociedade e não se pode responsabilizar a escola, isoladamente, pelo enfrentamento dessa questão. Ela é parte da solução, mas precisa ser fortalecida com apoio e recursos. Compete aos setores de inteligência da segurança pública impedir que a violência chegue ao ambiente escolar. Por outro lado, não se deve normalizá-la, nem divulgá-la, como se fosse algo sobre o qual não há controle, nem a aplicação adequada da lei.

É preciso que, em conjunto com as famílias, as escolas estejam atentas a mudanças repentinas no comportamento dos alunos, como alteração do humor, instabilidade emocional, piora no desempenho escolar, frequentes pedidos para faltar à escola, dificuldade de concentração, sono irregular, tendência ao isolamento, depressão, sinais de agressividade, machucados inexplicados e material escolar danificado. O *bullying* e o *cyberbullying* são potenciais fatores de risco para o desencadeamento de casos de violência escolar e precisam ser detectados precocemente. Tudo isso pode ser agravado nos adolescentes com maior perfil de rejeição ou que já vivenciam cenários de violência na própria casa e/ou na comunidade. É extremamente importante conhecer as características de cada criança ou adolescente e definir as prioridades e tipos de intervenção, buscando a ajuda de um profissional especializado, sempre que necessário.

As redes sociais, muito acessadas por crianças e adolescentes, exercem um papel importante no incentivo à cultura da intolerância, na disseminação de discursos que acentuam a exclusão por conta de diferenças e desigualdades, contribuindo para o aumento dos casos de violência. Entretanto, essa ferramenta pode ser trabalhada por educadores qualificados, inserindo no projeto pedagógico conceitos básicos de cidadania e cultura de paz, aproveitando-se do poder de atração que tais tecnologias exercem sobre crianças e jovens.

A escola deve ser, desde a educação infantil, um espaço lúdico e aberto à criatividade, que oferece um ambiente seguro, de respeito, afeto, solidariedade, convivência harmoniosa e relações construtivas entre os alunos, estimulando o diálogo, a interação prazerosa e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, com o objetivo de afastar fontes geradoras de tensão e promover a paz nas escolas. Portanto, qualquer solução para o enfrentamento da violência nas escolas deverá estar centrada na pedagogia, no seu sentido mais amplo.

Referências sugeridas

Departamento Científico de Saúde Escolar, Sociedade Brasileira de Pediatria. *Violência nas Escolas*. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/sbp/2023/abril/25/24028c-NE_-ViolenciaNasEscolas.pdf Acessado em abril de 2023.

A Justiça restaurativa no ambiente escolar: instaurando o novo paradigma, ISA-ADRS, Ministério Público do Rio de Janeiro- Novembro de 2015. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documentos/20184/69946/cartilha_justica_restaurativa.pdf Acessado em abril de 2023

Alves PB. *Ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. *Resenha Psicol Reflex Crit*. 1997;10(2): <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000200013>

DIRETORIA DA SBP 22-24

PRESIDENTE:

Clóvis Francisco Constantino (SP)

1º VICE-PRESIDENTE:

Edson Ferreira Liberal (RJ)

2º VICE-PRESIDENTE:

Anamaria Cavalcante e Silva (CE)

SECRETÁRIO GERAL:

Maria Tereza Fonseca da Costa (RJ)

1º SECRETÁRIO:

Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)

2º SECRETÁRIO:

Rodrigo Aboudib Ferreira (ES)

3º SECRETÁRIO:

Claudio Hoineff (RJ)

DIRETORIA FINANCEIRA:

Sidnei Ferreira (RJ)

2ª DIRETORIA FINANCEIRA:

Maria Angelica Barcellos Svaiteir (RJ)

3ª DIRETORIA FINANCEIRA:

Donizetti Dimer Giambbernardino (PR)

DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Eduardo Jorge da Fonseca Lima (PE)

COORDENADORES REGIONAIS

NORTE:

Adelma Alves de Figueiredo (RR)

NORDESTE:

Maryneia Silva do Vale (MA)

SUDESTE :

Marisa Lages Ribeiro (MG)

SUL :

Cristina Targa Ferreira (RS)

CENTRO-OESTE:

Renata Belem Pessoa de Melo Seixas (DF)

COMISSÃO DE SINICIDADE

TITULARES:

Jose Hugo Lins Pessoa (SP)

Marisa Lages Ribeiro (MG)

Maryneia Silva do Vale (MA)

Paulo de Jesus Hartmann Nader (RS)

Vilma Francisca Hutim Gondim de Souza (PA)

SUPLENTE:

Analiária Moraes Pimentel (PE)

Dolores Fernandez Fernandez (BA)

Rosana Alves (ES)

Silvio da Rocha Carvalho (RJ)

Sulim Abramovici (SP)

ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS:

COORDENAÇÃO:

Maria Tereza Fonseca da Costa (RJ)

DIRETORIA E COORDENAÇÕES

DIRETORIA DE QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

PROFISSIONAL

Edson Ferreira Liberal (RJ)

José Hugo de Lins Pessoa (SP)

Maria Angelica Barcellos Svaiteir (RJ)

COORDENAÇÃO DE ÁREA DE ATUAÇÃO

Sidnei Ferreira (RJ)

COORDENAÇÃO DO CEXTEP (COMISSÃO EXECUTIVA DO TÍTULO DE ESPECIALISTA EM PEDIATRIA)

COORDENAÇÃO:

Hélcio Villça Simões (RJ)

COORDENAÇÃO ADJUNTA:

Ricardo do Rego Barros (RJ)

MEMBROS:

Clóvis Francisco Constantino (SP) - Licenciado

Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)

Carla Príncipe Pires C. Vianna Braga (RJ)

Cristina Ortiz Sobrinho Valette (RJ)

Grant Wall Barbosa de Carvalho Filho (RJ)

Sidnei Ferreira (RJ)

Silvio Rocha Carvalho (RJ)

COMISSÃO EXECUTIVA DO EXAME PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA EM PEDIATRIA AVALIAÇÃO SÉRIADA

COORDENAÇÃO:

Eduardo Jorge da Fonseca Lima (PE)

Luciana Cordeiro Souza (PE)

MEMBROS:

João Carlos Batista Santana (RS)

Victor Horácio de Souza Costa Junior (PR)

Ricardo Mendes Pereira (SP)

Mara Morelo Rocha Felix (RJ)

Vera Hermina Kalika Koch (SP)

DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nelson Augusto Rosário Filho (PR)

Sergio Augusto Cabral (RJ)

REPRESENTANTE NA AMÉRICA LATINA

Ricardo do Rego Barros (RJ)

INTERCÂMBIO COM OS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA

Marcela Damasio Ribeiro de Castro (MG)

DIRETORIA DE DEFESA PROFISSIONAL

DIRETOR:

Fabio Augusto de Castro Guerra (MG)

DIRETORIA ADJUNTA:

Sidnei Ferreira (RJ)

Edson Ferreira Liberal (RJ)

MEMBROS:

Gilberto Pascolat (PR)

Paulo Tadeu Falanghe (SP)

Cláudio Orestes Britto Filho (PB)

Ricardo Maria Nobre Othon Sidou (CE)

Aneniasia Coelho de Andrade (PI)

Isabel Rey Madeira (RJ)

Donizetti Dimer Giambbernardino Filho (PR)

Jocileide Sales Campos (CE)

Carllindo de Souza Machado e Silva Filho (RJ)

Corina Maria Nina Viana Batista (AM)

DIRETORIA CIENTÍFICA

DIRETOR:

Dirceu Solé (SP)

DIRETORIA CIENTÍFICA - ADJUNTA

Luciana Rodrigues Silva (BA)

DEPARTAMENTOS CIENTÍFICOS:

Dirceu Solé (SP)

Luciana Rodrigues Silva (BA)

GRUPOS DE TRABALHO

Dirceu Solé (SP)

Luciana Rodrigues Silva (BA)

MÍDIAS EDUCACIONAIS

Luciana Rodrigues Silva (BA)

Edson Ferreira Liberal (RJ)

Rosana Alves (ES)

Ana Alice Ibiapina Amaral Parente (ES)

PROGRAMAS NACIONAIS DE ATUALIZAÇÃO

PEDIATRIA - PRONAP

Fernanda Luisa Ceragioli Oliveira (SP)

Tulio Konstantyner (SP)

Claudia Bezerra Almeida (SP)

NEONATOLOGIA - PROBN

Renato Soibelman Procianny (RS)

Clea Rodrigues Leone (SP)

TERAPIA INTENSIVA PEDIÁTRICA - PROTIPEP

Werther Bronow de Carvalho (SP)

TERAPÊUTICA PEDIÁTRICA - PROPEP

Claudio Leone (SP)

Sérgio Augusto Cabral (RJ)

EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA - PROEMPEP

Hany Simon Junior (SP)

Gilberto Pascolat (PR)

DOCUMENTOS CIENTÍFICOS

Emanuel Savio Cavalcanti Sarinho (PE)

Dirceu Solé (SP)

Luciana Rodrigues Silva (BA)

PUBLICAÇÕES

TRATADO DE PEDIATRIA

Fábio Ancona Lopes (SP)

Luciana Rodrigues Silva (BA)

Dirceu Solé (SP)

Clóvis Artur Almeida da Silva (SP)

Clóvis Francisco Constantino (SP)

Edson Ferreira Liberal (RJ)

Anamaria Cavalcante e Silva (CE)

OUTROS LIVROS

Fábio Ancona Lopes (SP)

Dirceu Solé (SP)

Clóvis Francisco Constantino (SP)

DIRETORIA DE CURSOS, EVENTOS E PROMOÇÕES

DIRETORIA:

Lilian dos Santos Rodrigues Sadeck (SP)

MEMBROS:

Ricardo Queiroz Gurgel (SE)

Paulo César Guimarães (RJ)

Cléa Rodrigues Leone (SP)

Paulo Tadeu de Mattos Prereira Poggiali (MG)

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE REANIMAÇÃO NEONATAL

Maria Fernanda Branco de Almeida (SP)

Ruth Guinsburg (SP)

COORDENAÇÃO DO CURSO DE APROXIMAMENTO EM NUTROLOGIA PEDIÁTRICA (CANP)

Virgínia Resende Silva Weffort (MG)

PEDIATRIA PARA FAMÍLIAS

COORDENAÇÃO GERAL:

Edson Ferreira Liberal (RJ)

COORDENAÇÃO OPERACIONAL:

Nilza Maria Medeiros Perin (SC)

Renata Dejtiar Waksman (SP)

MEMBROS:

Adelma Alves de Figueiredo (RR)

Marcia de Freitas (SP)

Nelson Grisard (SC)

Normeide Pedreira dos Santos Franca (BA)

PORTAL SBP

Clóvis Francisco Constantino (SP)

Edson Ferreira Liberal (RJ)

Anamaria Cavalcante e Silva (CE)

Maria Tereza Fonseca da Costa (RJ)

Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)

Rodrigo Aboudib Ferreira Pinto (ES)

Claudio Hoineff (RJ)

Sidnei Ferreira (RJ)

Maria Angelica Barcellos Svaiteir (RJ)

Donizetti Dimer Giambbernardino (PR)

PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO CONTINUADA

A DISTÂNCIA

Luciana Rodrigues Silva (BA)

Edson Ferreira Liberal (RJ)

DIRETORIA DE PUBLICAÇÕES

Fábio Ancona López (SP)

Editores do Jornal de Pediatria (JPED)

COORDENAÇÃO:

Renato Soibelman Procianny (RS)

MEMBROS:

Crésio de Aragão Dantas Alves (BA)

Paulo Augusto Moreira Camargos (MG)

João Guilherme Bezerra Alves (PE)

Marco Aurelio Palazzi Safadi (SP)

Magda Lahorgue Nunes (RS)

Gisela Alves Pontes da Silva (PE)

Dirceu Solé (SP)

Antonio Jose Ledo Alves da Cunha (RJ)

EDITORES REVISTA

Residência Pediátrica

EDITORES CIENTÍFICOS:

Clémã Couto Sant'Anna (RJ)

Mariene Augusta Rocha Crispino Santos (RJ)

EDITORA ADJUNTA:

Márcia Garcia Alves Galvão (RJ)

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO:

Sidnei Ferreira (RJ)

EDITORES ASSOCIADOS:

Daniilo Blank (RS)

Paulo Roberto Antonacci Carvalho (RJ)

Renata Dejtiar Waksman (SP)

DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA

Angelica Maria Bicudo (SP)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Claudio Leone (SP)

COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO

COORDENAÇÃO:

Rosana Fiorini Puccini (SP)

MEMBROS:

Rosana Alves (ES)

Suzy Santana Cavalcante (BA)

Ana Lucia Ferreira (RJ)

Silvia Wanick Sarinho (PE)

Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)

COORDENAÇÃO DE RESIDÊNCIA E ESTÁGIOS EM PEDIATRIA

COORDENAÇÃO:

Ana Cristina Ribeiro Zöllner (SP)

MEMBROS:

Eduardo Jorge da Fonseca Lima (PE)

Paulo de Jesus Hartmann Nader (RS)

Victor Horácio da Costa Junior (PR)

Silvio da Rocha Carvalho (RJ)

Tânia Denise Resener (RS)

Delia Maria de Moura Lima Herrmann (AL)

Helita Regina F. Cardoso de Azevedo (BA)

Jefferson Pedro Piva (RS)

Sérgio Luis Amantéa (RS)

Susana Maciel Wuillaume (RJ)

Aurimery Gomes Chermont (PA)

Silvia Regina Marques (SP)

Claudio Barsanti (SP)

Maryneia Silva do Vale (MA)

Liana de Paula Medeiros de A. Cavalcante (PE)

COORDENAÇÃO DAS LIGAS DOS ESTUDANTES

COORDENADOR:

Lelia Cardamone Gouveia (SP)

MUSEU DA PEDIATRIA

(MEMORIAL DA PEDIATRIA BRASILEIRA)

COORDENAÇÃO:

Edson Ferreira Liberal (RJ)

MEMBROS:

Mario Santoro Junior (SP)

José Hugo de Lins Pessoa (SP)

Sidnei Ferreira (RJ)

Jefferson Pedro Piva (RS)

DIRETORIA DE PATRIMÔNIO

COORDENAÇÃO:

Claudio Barsanti (SP)

Edson Ferreira Liberal (RJ)

Maria Tereza Fonseca da Costa (RJ)

Paulo Tadeu Falanghe (SP)

AC - SOCIEDADE ACREANA DE PEDIATRIA

Ana Isabel Coelho Montero

AL - SOCIEDADE ALAGOANA DE PEDIATRIA

Marcos Reis Gonçalves

AM - SOCIEDADE AMAZONENSE DE PEDIATRIA

Adriana Távora de Albuquerque Taveira

AP - SOCIEDADE AMAPAENSE DE PEDIATRIA

Camila dos Santos Salomão

BA - SOCIEDADE BAIANA DE PEDIATRIA

Ana Luiza Velloso da Paz Matos

CE - SOCIEDADE CEARENSE DE PEDIATRIA

Anamaria Cavalcante e Silva

DF - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO DISTRITO FEDERAL

Renata Belém Pessoa de Melo Seixas

ES - SOCIEDADE ESPIRITOSANTENSE DE PEDIATRIA

Roberta Paranhos Fragoso

GO - SOCIEDADE GOIANA DE PEDIATRIA

Valéria Granieri de Oliveira Araújo

MA - SOCIEDADE DE PUERICULTURA E PEDIATRIA

DO MARANHÃO

Maryneia Silva do Vale

MG - SOCIEDADE MINEIRA DE PEDIATRIA

Cássio da Cunha Ibiapina

MS - SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO MATO GROSSO DO SUL

Carmen Lúcia de Almeida Santos

MT - SOCIEDADE MATOGROSSENSE DE PEDIATRIA